PLANO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

EIXO: EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Equipe:
Angela Luzia de Meira
Iracema Cerutti
Rosani Borba
Roseli Barquez de Assis

Foz do Iguaçu

2014

EIXO: EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

As questões de ordem socioambiental têm movimentado estudos e práticas tanto nos âmbitos da política, da economia quanto da educação ao longo das últimas décadas. Isto se dá em função da realidade de exaustão de elementos naturais básicos para a sobrevivência da vida no planeta, ocasionado, sobretudo, pelo modelo de relações estabelecidas no paradigma antropocêntrico, que entende a natureza unicamente como fonte de extração dos elementos naturais enquanto recursos para a satisfação humana.

Mesmo levando em consideração as melhorias relacionadas à saúde e conforto dentre outras que surgiram a partir desse modelo, o desgaste dos elementos naturais, bem como as crises na esfera ambiental, social, política e educacional tornam-se também visíveis e apontam para a necessidade de profundas considerações e reparos.

Sendo assim à educação vem sendo depositada uma grande parcela de esperança e mesmo de responsabilidade. Segundo Morales (2009), no ano de 1965 no evento de educação *The Keele Conferenceon Educationand the Countryside* nasce a expressão “Educação Ambiental” (*environmental education*), trazendo a concepção de educação ambiental interligada aos princípios básicos da ecologia e de conservação, revelando indícios de confusão com o ensino de Ecologia. Mais especificamente, a década de 1970 foi decisiva para a evolução das questões ambientais, sobretudo a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo em 1972, que reconhece na recomendação número 96 o desenvolvimento da educação ambiental como elemento crítico para o combate à crises ambientais.

Desde então inúmeros eventos vêm sendo organizados, bem como documentos e legislações a fim de conduzir ações mitigadoras e até mesmo transformadoras desta realidade socioambiental.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), o Brasil além de ser um dos maiores países do mundo em extensão, é também importante por possuir inúmeros elementos naturais fundamentais para todo o planeta, o que fortalece e justifica a necessidade do desenvolvimento de ações, programas e políticas voltadas para as pessoas enquanto sujeitos de atuação e transformação, não somente para o meio ambiente, mas também com ele e nele propriamente dito.

De acordo com Silva (2009), a educação ambiental (EA) surgiu como instrumento para combater a crise ambiental vivenciada e estabelecer uma “relação harmônica” entre o homem e a natureza, por meio do desenvolvimento de conceitos, habilidades, atitudes, consciência ambiental, entre outros. Contudo, a função da EA não se resume apenas em corrigir os “maus” comportamentos em relação à natureza e tampouco conseguir sozinha reverter a crise e salvar a humanidade de todos os problemas.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), *Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999,* estabelece no capitulo II que a educação ambiental deve ser desenvolvida na educação em geral e na educação escolar, sendo que na escola deverá ser uma prática educativa integrada, contínua e permanente, não devendo ser implantada como disciplina específica e que a dimensão ambiental deve fazer parte dos currículos de formação dos professores, em todos os níveis e disciplinas.

Segundo Vianna, 2002 in Zakrevzki, 2003, a PNEA está em consonância com documentos internacionais, além disso, a PNEA traz explícitos conceitos de meio ambiente e o papel da EA, tanto em nível formal quanto não formal, porém “a sua instituição garante seu reconhecimento político, mas não sua consolidação.” Zakrevzki, 2003.

Em Foz do Iguaçu, apesar de existir processos de intervenção da área de educação ambiental, há mais de 4 décadas, fruto de parcerias locais, estaduais e federais, envolvendo professores da rede formal, educadores populares, membros das Instituições de Ensino Superior, prefeitura, empresas, entre outros, ainda não existe uma política municipal de educação ambiental. Sendo assim integrar educação, meio ambiente e sustentabilidade ao Plano Municipal de Educação é uma forma de garantir que o ensino formal seja partícipe dessa caminhada de forma legítima e legal.

Em nível de governo municipal, os trabalhos de Educação Ambiental são fomentados por uma Equipe, formada por professoras da rede pública de ensino, que articula ações, projetos e programas socioambientais na educação formal, informal e difusa. O trabalho é realizado por intermédio de programas próprios e/ou parcerias com instituições que integram o coletivo educador municipal[1]. Neste sentido busca-se oferecer

[1] Coletivo Educador Municipal: espaço de formação, diálogo e planejamento de intervenções socioambientais de forma conjunta, participativa e democrática, por meio de parcerias entre poder público,

formação continuada em EA para professores da rede pública de ensino e assegurar o desenvolvimento de práticas pedagógicas promotoras de mudanças de hábitos e atitudes frente às questões ambientais. Atualmente a equipe de EA realiza os seguintes programas de formação:

Agenda 21 Infantil: implantada nos 31 Centros Municipais de Educação Infantil. Programa que oportunizou a modalidade da educação infantil inserir-se e colaborar de forma importante para as questões socioambientais. Já se somam 05 anos de ações e mudanças individuais e coletivas nesses espaços educadores. O resultado das ações resultou na produção e publicação de dois livros: Agenda 21 Infantil: o enraizamento da proposta nos Centros Municipais de Educação Infantil de Foz do Iguaçu – Paraná, 2011 e Atividades e dinâmicas socioambientais para Educação Infantil: Resultados do Programa Agenda 21 Infantil nos Centros Municipais de Educação Infantil, 2013.

Educação Ambiental e a Acessibilidade: implantado em 2013 tendo como objetivo a formação continuada com professores de Classes Especiais e Salas de Recursos das escolas públicas municipais e Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial, inserindo também representantes dessa modalidade de ensino.

Agenda Ambiental da Administração Pública do Município: Iniciado em 2014 visando à implantação da Agenda Ambiental da Administração Pública Municipal que contribui para a formação socioambiental dos servidores públicos do Município e estimula a educação ambiental e a qualidade de vida no âmbito do trabalho. Foi criada uma comissão multi-setorial, com representantes indicados por cada órgão público municipal, que são os interlocutores e agentes de sensibilização inter-setorial das ações de melhoria do desempenho ambiental em seu espaço de trabalho.

Curso de Educação Ambiental em Unidades de Conservação- Ucs: O curso é organizado pela Escola Parque em parceria com as Secretarias Municipais do Meio Ambiente e da Educação de Foz do Iguaçu e ofertado a professores das escolas públicas municipais e centros municipais de educação infantil. O curso é organizado em 05 módulos e seminário de encerramento. Além dos encontros presenciais, os cursistas recebem orientações à distância, para o desenvolvimento dos projetos de aplicação

---

privado e sociedade civil organizada, com o intuito de buscar a melhoria da qualidade de vida do nosso pedaço.

pedagógica socioambiental, que desenvolvem ao longo do curso em suas unidades escolares.

Formação de Educadores Ambientais – FEA: A Formação de Educadores Ambientais (FEA) é desenvolvida por meio da metodologia da Pesquisa-Ação-Participante (PAP), também conhecida como Pessoas-que-Aprendem-Participando, a qual se desenvolve mediante círculos de diálogos que vão se ampliando e constituindo "mandalas" multiplicadoras de saberes e cuidados socioambientais, onde cada participante replica a formação a uma comunidade de aprendizagem.

A pesquisa realizada para diagnóstico deste plano, com professores da rede municipal de ensino revelou que 73% dos professores participaram de algum tipo de curso ou formação na área ambiental, oferecidos pelas secretarias municipais da Educação e Meio Ambiente e/ou parcerias, sendo: 27% Curso em Unidades de Conservação/Escola Parque, 16% Agenda 21 Escolar, 15% Gerenciamento de Resíduos, 15% Formação de Educadores Ambientais – FEA, 8% Educação Ambiental e Acessibilidade, 4% Carta da Terra.

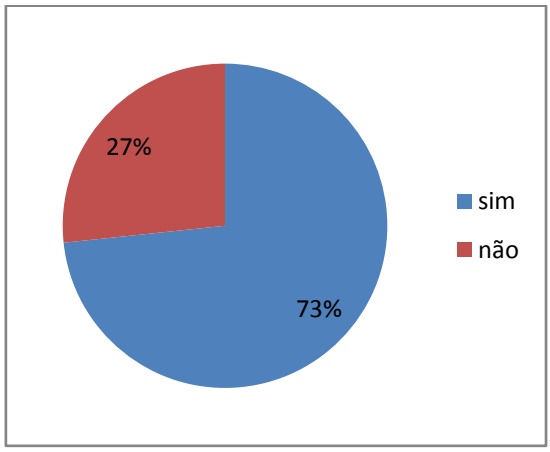


Gráfico 1: Participação em Cursos na Área EA

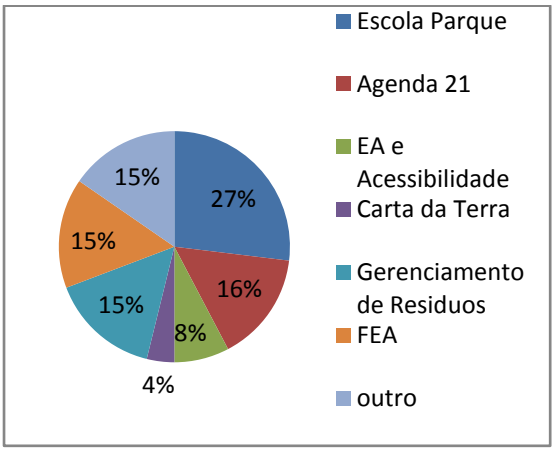


Gráfico 2: Tipo de Curso de Formação

O município de Foz do Iguaçu possui características ímpares, faz parte da tríplice fronteira; abriga a maior usina hidrelétrica do mundo, parte do Parque Nacional do Iguaçu e as Cataratas do Iguaçu; possui três zoológicos; teatro; dois museus; planetário, alem de diversos outros espaços, que assim como os citados, estão organizados para desenvolver

trabalhos com o ensino formal e não formal, definidos pelo programa Municípios Educadores Sustentáveis do Ministério do Meio Ambiente, como estruturas educadoras, “nas quais, ou, a partir das quais, acontecem ações e/ou projetos voltados à sustentabilidade, que devem ter por objetivo não só a transformação da qualidade de vida do município, mas também, a definição e implementação de seu papel educador.” (MES, 2004. p. 18)

As escolas do município acessam essas estruturas educadoras, atendendo aos objetivos traçados pela escola ou pelo professor, conforme a pesquisa realizada com os professores da rede municipal de ensino do município, onde aparecem prioritariamente os espaços que têm relação com as questões ambientais.

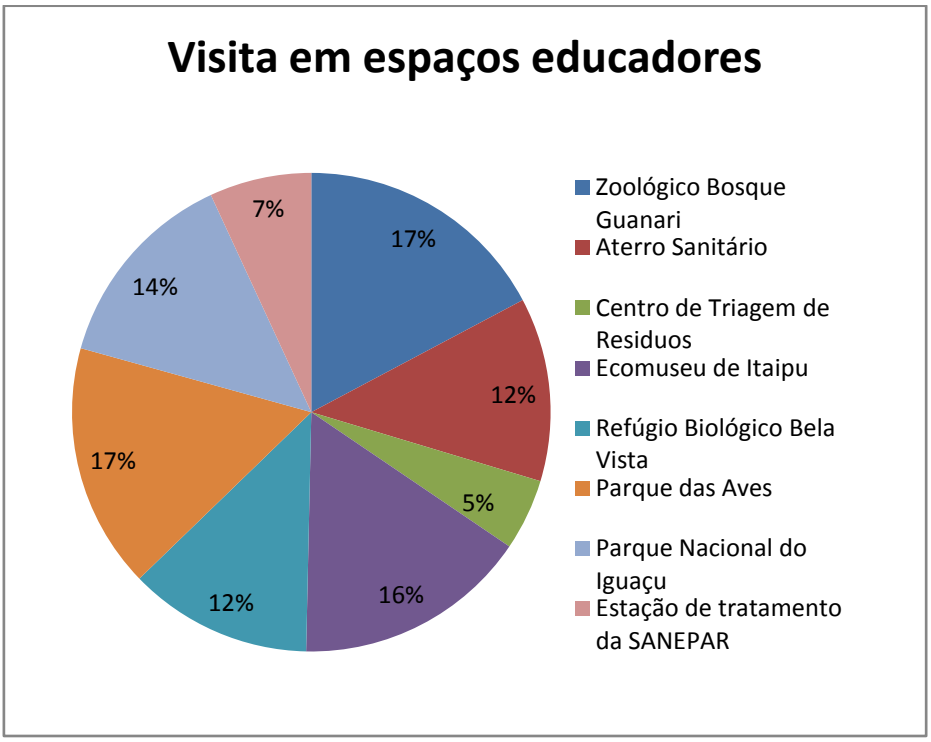
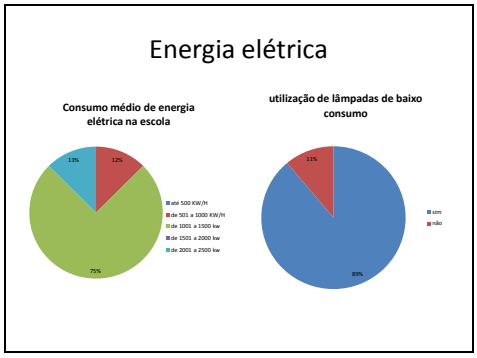


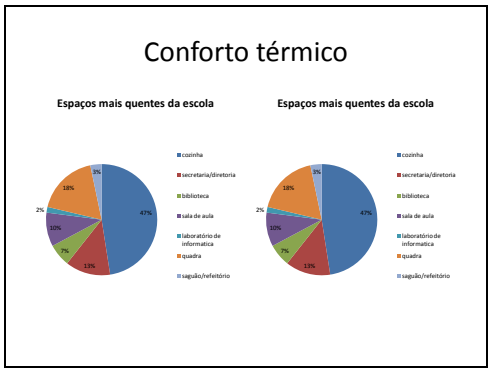
Gráfico 3: Diagnóstico de visita técnica realizada por professores a espaços educadores de Foz do Iguaçu

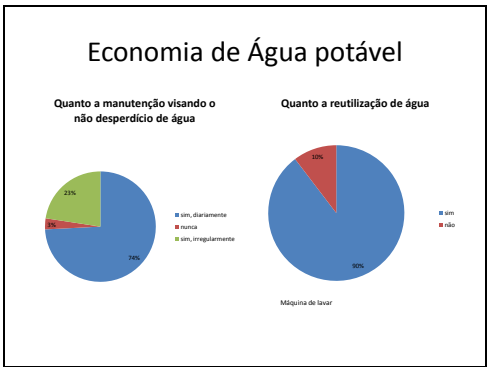
O fato é que, no que se refere às instituições da rede municipal (Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs e escolas do ensino fundamental I), o acesso às estruturas educadoras é limitado por questões como a falta de transporte gratuito e o desconhecimento, por parte das escolas e CMEIs sobre a proposta educadora das estruturas.

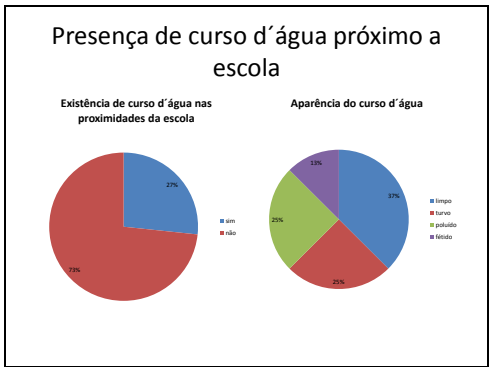
Escolas sustentáveis são definidas como aquelas que mantêm relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações.

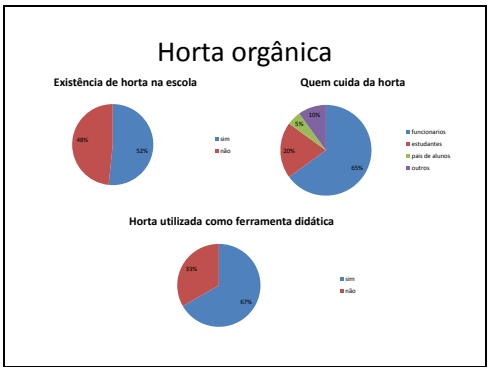
Na rede municipal de ensino de Foz do Iguaçu poucas escolas estão estruturadas com espaços educadores ou edificações sustentáveis. A intencionalidade de criar esses elementos nas dimensões físico, gestão e currículo é a de educar pelo exemplo e influenciar as comunidades nas quais se situam. Fatores importantes como parcerias locais e governamentais constituem elementos facilitadores no planejamento e realização de projetos, planos e ações voltados para a escola sustentável.

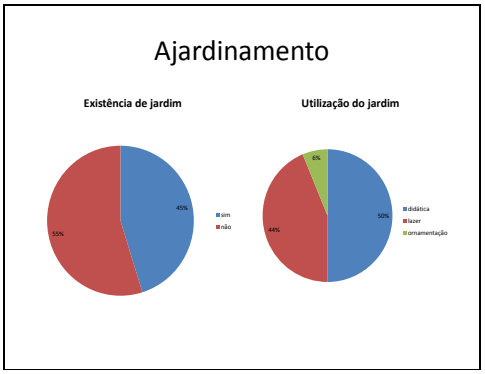


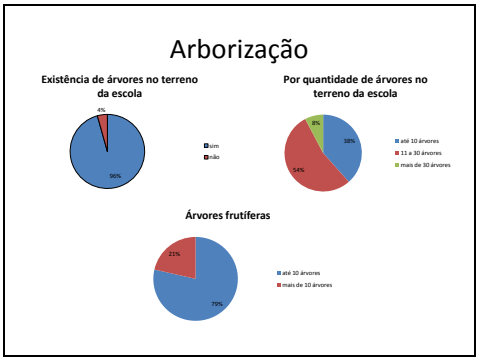


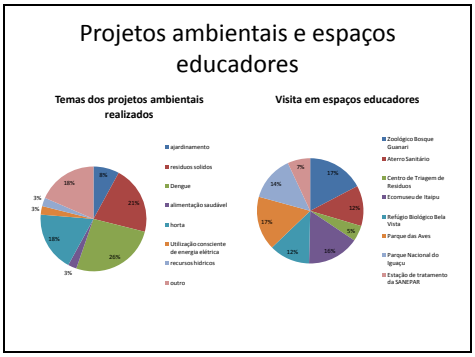












Gráficos do diagnóstico realizado em 2014 nas escolas municipais de Foz do Iguaçu

META: ***Promover a integração entre a educação, o meio ambiente e a sustentabilidade a partir da vertente socioambiental em todos os níveis, etapas e modalidades da educação, de modo interdisciplinar integrado ao Projeto Político Pedagógico.***

Estratégia 1 - Assegurar processos de formação em Educação Ambiental para a comunidade escolar: direção supervisão, professores, coordenadores e servidores em geral por meio de programas oferecidos pelas secretarias municipais de Educação e Meio Ambiente ou parcerias:

1.1 Construção de Agenda 21 Escolar em 100%, sendo 50% em 2016 e 50% em 2017 das Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, com formação em EA para integrantes do Fórum Permanente da Agenda 21 Escolar e com interface ao Projeto Agenda Ambiental da Administração Pública do Município;

1.2 Oferecer curso de formação em EA para 70% dos professores rede municipal de ensino de Foz do Iguaçu até 2024.

1.3 Oferecer curso de formação em EA para 70% para merendeiras e serviços gerais da rede municipal de ensino de Foz do Iguaçu até 2024;

Estratégia 2 - Promover a articulação da escola com os diferentes espaços educadores presentes no município, sejam de ordem cultural, socioambiental ou esportivo, além de equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, unidades de conservação, universidades, museus, teatros, cinemas e planetários, a fim de implementar e complementar processos de educação socioambiental na escola.

1.4 Disponibilizar transporte permanente via prefeitura, às escolas municipais e CMEIs que desejam visitar e/ou trabalhar nas estruturas educadoras;

1.5 Incluir nos momentos de formação dos professores e gestores dos CMEIs e das escolas municipais, bem como nos espaços virtuais de comunicação como Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal – NTM, informações, agendas e programas de visitação das estruturas educadoras do município.

Estratégia 3 - Incentivar as escolas a tornarem-se espaços educadores sustentáveis, caracterizados por edificações e espaços exemplares de sustentabilidade socioambiental e pela inserção da educação ambiental no Projeto Político Pedagógico, na gestão, na organização curricular, na formação de professores e nos materiais didáticos.

3.1 Assegurar programas socioambientais, tais como Agenda 21 e Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, para a redução do consumo de energia e da água, na destinação correta dos resíduos sólidos e a utilização de mecanismos ecopedagógicos e de educação ambiental na comunidade escolar, utilizando como base programas em nível federal, estadual e municipal.

3.2 Garantir, por meio de formação dos gestores das unidades escolares que sejam contemplados os temas: exercício de cidadania, de respeito aos direitos humanos e à diversidade sociocultural, bem como a gestão do espaço físico da escola, aprimorando a eficiência no uso dos recursos e diminuindo o desperdício de água, energia, materiais e alimentos;

3.3 Estruturar hortas, paisagismo, arborização e captação de água da chuva para serem utilizados como elementos de formação ecopedagógicos;

3.4 Fomentar programas de alimentação saudável e segurança alimentar preferencialmente da agricultura familiar e orgânica a toda comunidade escolar e entorno, em parceria com instituições em nível federal, estadual e municipal.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (MEC). **Parâmetros Curriculares Nacionais: primeiro e segundo ciclo – meio ambiente.** Brasília: MEC/SEF, ed.1997.

CONAE 2014 – O PNE NA ARTICULAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração. Disponível http://www.cedes.unicamp.br/conae2014.pdf

Lei 9.795 de abril de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm acesso em 23 de outubro de 2103.

MORALES, Angélica Góis. **A formação do profissional educador ambiental**: reflexões, possibilidades e constatações. Ponta Grossa: Ed UEPG, 2009.

SILVA, A. P. **Educação ambiental em resíduos sólidos nas Unidades escolares municipais de Presidente Prudente – SP.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2009.

ZAKRZEVSKI, Sonia, B. **A Educação ambiental na escola**: abordagens conceituais. Erechim/RS: Edifapes, 2003.

Programa Município Educadores Sustentáveis / Ministério do Meio Ambiente. Programa Nacional de Educação Ambiental. – Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005. 2a. Edição, disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/mes_cartilha.pdf acesso em 28/11/14.